

498

DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (RSS) EM ATERROS SANITÁRIOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU), NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO PERÍODO DE 2001 A 2005. *Vanessa da Silva Fay, Michelle Stuardi Franzosi, Andrea Garcia de Oliveira (orient.) (UNISINOS).*

Os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, tais como hospitais, laboratórios, farmácias, centros de saúde, clínicas entre outros, produzem grande quantidade de resíduos, denominados Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). O manejo inadequado dos RSS pode ser causa de situações de risco ambiental que transcendem os limites do estabelecimento, podendo gerar doenças e perda da qualidade de vida à população que, direta ou indiretamente, chegue a ter contato com material descartado, quando estes são transportados para fora do estabelecimento e encaminhados ao seu tratamento e disposição final. O objetivo desse estudo é verificar a abrangência e eficácia do tratamento de RSS efetuado no Rio Grande do Sul. A verificação e a análise de dados foi feita baseando-se nas autuações realizadas pelo órgão ambiental e na quantificação da demanda atendida pelas empresas licenciadas para a atividade de coleta, tratamento e disposição final dos RSS. Foram registrados apenas 25 casos de disposição irregular de RSS registrados pelos técnicos do Serviço de Resíduos Sólidos Urbanos, da Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, em áreas licenciadas para utilização como aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos, no período compreendido entre novembro de 2001 e maio de 2005. Existem apenas 4 empresas com licença de operação vigente para tratamento e disposição final de RSS para atender uma demanda dos serviços de saúde dos 496 municípios do Rio Grande do Sul. Assim, somente 38, 1% dos municípios são beneficiados com tratamento adequado aos RSS, com déficit acentuado na região Norte do estado. Perante a pequena abrangência do serviço de tratamento oferecido e o descaso das fontes geradoras, o contexto de disposição irregular tende a aumentar, caso não ocorra uma ação efetiva e tomada de consciência pelos diferentes segmentos acerca das responsabilidades sobre os resíduos oriundos de suas atividades.